

gestão do Instituto, deliberou o seu Conselho Diretivo, em reunião de 14 de setembro de 2015, extinguir a Divisão de Valorização de Áreas Classificadas e Comunicação, e criar o Gabinete de Valorização de Áreas Classificadas e Comunicação (GVACC), a funcionar na dependência do Conselho Diretivo;

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, estabelece que os cargos dirigentes podem ser exercidos, em regime de substituição, nos casos de vacatura de lugar;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua redação atual, o Conselho Diretivo deliberou, por unanimidade nomear, no cargo de chefe do Gabinete de Valorização de Áreas Classificadas e Comunicação, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço e com efeitos reportados a 15 de setembro de 2015, o licenciado João Carlos Gomes Belo Farinha, técnico superior do mapa de pessoal do ICNF, I. P., o qual reúne os requisitos legais e é detentor de aptidão técnica para o exercício de funções de direção e de coordenação, conforme resulta da sinopse curricular, em anexo.

17 de fevereiro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Paulo Salsa*.

Sinopse curricular

João Carlos Gomes Belo Farinha

Data de nascimento: 22 de outubro de 1961

Habilitações académicas:

Licenciatura em Recursos Faunísticos e Ambiente (Biologia), pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 19 de setembro de 1988; Curso de especialização do Mestrado em Gestão de Recursos Biológicos, pela Universidade de Évora, de 1997 a 1998.

Atividade profissional:

Desde setembro de 2010 — Vogal do Conselho de Administração da Polis Litoral da Ria de Aveiro — Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S. A.

Desde 1 de abril de 2015 — Chefe de Divisão de Valorização de Áreas Classificadas e Comunicação, no Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas — Lisboa

Desde 2013 a 31 de março de 2015 — Chefe de Divisão de Valorização de Áreas Classificadas, no Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas — Lisboa.

Desde maio de 2010 a maio de 2014 Vogal do Conselho de Administração da Fundação para a Proteção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco, Alcochete.

Maio de 2010 a novembro de 2012 — Diretor do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas, no Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas — Lisboa. Responsável pela Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, Reserva Natural do Paul de Arzila, Reserva Natural do Paul do Boquilobo, Reserva Natural do Estuário do Tejo, Reserva Natural do Estuário do Sado, Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha e Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António.

De junho 2007 até maio 2010 — Diretor Adjunto do Departamento de Gestão de Áreas Classificadas — Zonas Húmidas, no Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas — Lisboa.

De fevereiro de 1998 até maio de 2007 — Chefe da Divisão de Informação e Divulgação, no Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas — Lisboa.

Experiência profissional mais relevante

Em 1998 coordenou o grupo de trabalho que foi responsável pela implementação e funcionamento do Pavilhão do ICN/UICN, durante a EXPO/98.

A nível nacional coordenou e foi responsável técnico pela implementação do sistema de sinalização da Rede Nacional de Áreas Protegidas (1999 -2006); e do Portal do ICN (2004 e 2007); do Portal do ICNF (desde 2015)

Durante o período de 1 de agosto a 30 de novembro de 2007, foi responsável pela organização e logística da conferência “Developing the EU Business & Biodiversity Initiative” e da “Reunião dos Diretores-Gerais da Conservação da Natureza da União Europeia”, no âmbito da Presidência Portuguesa da EU. Este envolvimento foi reconhecido através de um Louvor, Louvor N.º 708/2008 (*Diário da República*, 2.ª série — N.º 210 — 29 de outubro de 2008).

De 2001 a 2007, coordenou o Centro de Zonas Húmidas (CEZH), integrado na DSCN, onde coordenou o projeto “Caraterização das principais Zonas Húmidas em Portugal Continental”, e o Grupo de Trabalho de Inventários de Zonas Húmidas da Região Mediterrânica (*InventoryWetlandGroup* — IWG), constituído por cinco centros de zonas húmidas, de cinco países.

Coordenou a elaboração de vários planos de gestão, nomeadamente o da Lagoa Pequena na Lagoa de Albufeira (2006-2007), o do Parque Natural do Vale do Guadiana (2007 -2008), o das Lagoas de Bilene (Moçambique) e o da Reserva Natural do Paul de Arzila (2009).

Coordenou o Grupo de trabalho para o “Plano de ação para a salvaguarda e monitorização dos roazes do estuário Sado” (2009).

A nível internacional, coordenou o projeto “MW/SUDOE” — Inventário, Avaliação e Monitorização para a Gestão de Zonas Húmidas” (2003 -2004), financiado pelo programa comunitário INTERREG III B SUDOE, no qual o ICN foi chefe de fila.

Como ponto focal para a Convenção de Ramsar, participou como Chefe de Delegação, na 7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª, 11.ª e 12.ª Conferência das Partes Contratantes (COP), sendo responsável pela elaboração dos relatórios nacionais e pela elaboração das candidaturas de novos sítios a serem declarados como Zonas Húmidas de Importância Internacional.

Coordena atualmente a marca Natural.PT — Património vivo, iniciativa de promoção dos produtos e dos serviços existentes nas áreas protegidas, e na sua envolvente próxima.

209684737

Deliberação (extrato) n.º 1071/2016

Considerando que:

Em 1 de julho de 2012 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, que aprovou a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., tendo os seus estatutos sido aprovados pela Portaria n.º 353/2012, de 1 de outubro, e ainda criadas as unidades flexíveis pela deliberação n.º 287/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 23, de 1 de fevereiro, e pela deliberação n.º 1122/2013, alterada pela deliberação n.º 1124/2013, ambas publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 97, de 21 de maio;

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto n.º 4 do artigo 1.º dos Estatutos do ICNF, I. P., aprovados em anexo à aludida Portaria n.º 353/2012, de 31 de outubro, que permite a criação, modificação ou extinção de unidades orgânicas flexíveis, atendendo às necessidades prioritárias de gestão do Instituto, o Conselho Diretivo deliberou, em reunião de 14 de setembro de 2015:

a) Extinguir a Divisão de Valorização de Áreas Classificadas e Comunicação, criada pela deliberação do Conselho Diretivo n.º 1069/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 110, de 8 de junho;

b) Criar o Gabinete de Valorização de Áreas Classificadas e Comunicação (GVACC), a funcionar na dependência do Conselho Diretivo.

2 — Ao GVACC compete a promoção das áreas classificadas, enquanto elementos de valorização do território, nomeadamente através do desenvolvimento de programas no âmbito de turismo de natureza, visitação, sinalização, infraestruturização, animação, educação e sensibilização, bem como dos habitats e espécies a elas associados, e assegurar a gestão da imagem e comunicação institucional, designadamente:

a) Conceber e desenvolver instrumentos de apoio à gestão das áreas protegidas de interesse nacional;

b) Promover a execução de estudos, programas, projetos, ações e outras medidas com impacto económico que tenham como objeto a compatibilização do desenvolvimento socioeconómico nas áreas protegidas e classificadas de interesse nacional com a conservação da natureza e da biodiversidade;

c) Valorizar as áreas classificadas através da promoção dos habitats e espécies associadas, potenciando os serviços dos ecossistemas;

d) Fomentar a participação dos agentes económicos nas áreas da conservação da natureza, da biodiversidade e floresta e a integração da proteção e da valoração dos valores naturais nas suas estratégias empresariais;

e) Propor, conceber e desenvolver projetos demonstrativos, visando a sua posterior implementação nas áreas classificadas;

f) Definir, desenvolver e coordenar atividades e eventos de turismo de natureza, e programas nos domínios da visitação, sinalização, infraestruturização, bem como avaliar o respetivo desempenho;

g) Planear, conceber e acompanhar a construção de infraestruturas de visitação, designadamente mediante elaboração de especificações técnicas necessárias, bem como avaliar o respetivo desempenho;

h) Criar e desenvolver projetos de intervenção no âmbito da animação, educação e da sensibilização para a conservação da natureza e da biodiversidade;

i) Assegurar a prospeção do potencial mecenato de conservação da natureza e incentivar o envolvimento de outras entidades, públicas ou privadas, na sensibilização e promoção da conservação da natureza, da biodiversidade e das florestas, nomeadamente em setores novos;

j) Propor formas de cooperação e parceria relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente com entidades públicas, com autarquias e com entidades privadas, empresariais ou associativas;

k) Promover a valorização de produtos e serviços associados às áreas classificadas, designadamente identificando oportunidades de certificação de produtos de qualidade e canais de distribuição e comercialização;

l) Implementar e gerir a iniciativa para promoção integrada do território, dos produtos e serviços existentes nas áreas protegidas;

m) Coordenar e incentivar a oferta e participação em projetos de voluntariado;

n) Desenvolver projetos de *merchandising* e ações promocionais e garantir a presença dos produtos e serviços que promovam os valores da conservação da natureza nos canais de distribuição mais adequados;

o) Assegurar a gestão da identidade, da imagem institucional e da comunicação interna e externa, bem como as atividades de relações públicas e protocolo;

p) Conceber e promover campanhas de informação sobre as matérias relacionadas com as competências do ICNF, I. P.;

q) Planear, gerir e coordenar a participação institucional em eventos;

r) Coordenar o serviço a utentes, nomeadamente o serviço de atendimento online e presencial, central e regional, e apoiar e enquadrar os serviços do ICNF, I. P., no relacionamento com o cidadão;

s) Estruturar, organizar e manter atualizada a informação da internet e *intranet*, garantindo a gestão do portal internet do ICNF, I. P., bem como os demais canais digitais de comunicação;

t) Planear e promover uma política editorial;

u) Assegurar a recolha, produção e disponibilização de conteúdos, nomeadamente informação técnica e científica, legislativa, de sensibilização e de cidadania;

v) Gerir o acervo bibliográfico e audiovisual, coordenar a venda, aquisição, cedência e permuta, bem como assegurar o respetivo tratamento bibliográfico e documental e promover a sua divulgação e acesso público;

w) Assegurar a gestão da rede de Lojas da Natureza do ICNF, I. P., nomeadamente em feiras e similares;

x) Assegurar a representação e colaboração do ICNF, I. P., nas redes nacionais de informação;

y) Assegurar a promoção e acompanhamento da iniciativa B&B;

z) Assegurar as relações com os *media*;

aa) Assegurar a execução de tarefas pontuais que lhe sejam cometidas no quadro hierárquico em que se integra.

3 — A presente deliberação produz efeitos a 15 de setembro de 2015, com exceção do referido no ponto 1, alínea a) que produz efeitos a 14 de setembro de 2015.

17 de fevereiro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Paulo Salsa*.

209684672

Deliberação (extrato) n.º 1072/2016

Considerando que:

Em 1 de julho de 2012 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, que aprovou a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., tendo os seus estatutos sido aprovados pela Portaria n.º 353/2012, de 1 de outubro, e ainda criadas as unidades flexíveis pela deliberação n.º 287/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 23, de 1 de fevereiro, e pela deliberação n.º 1122/2013, alterada pela deliberação n.º 1124/2013, ambas publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 97, de 21 de maio;

É necessário nomear o dirigente do Departamento de Planeamento e Assuntos Internacionais, por forma a assegurar o regular funcionamento dos serviços;

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, estabelece que o exercício de cargos dirigentes pode ser exercido, em regime de substituição, nos casos de vacatura de lugar;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua redação atual, o Conselho Diretivo deliberou em 11 de janeiro de 2016, por unanimidade, nomear, no cargo de diretor do Departamento de Planeamento e Assuntos Internacionais, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço e com efeitos reportados a 15 de janeiro de 2016, o licenciado Mário Alexandre Lopes Rodrigues Silva, técnico superior do mapa de pessoal deste Instituto, o qual reúne os requisitos legais e é detentor de aptidão técnica para o exercício de funções de direção e de coordenação, conforme resulta da sinopse curricular em anexo.

17 de fevereiro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Paulo Salsa*.

Sinopse curricular

Identificação e Dados Pessoais

Mário Alexandre Lopes Rodrigues da Silva

Data e local de nascimento: Lisboa, 21 de novembro de 1963

Habilitações Académicas e Suplementares

Maio 1993 — Curso de Direito do Ambiente (Instituto Nacional de Administração)

Dez. 1988 — Licenciatura em Biologia-Recursos Faunísticos e Ambiente, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL)

Enquadramento e Percursos Profissionais

2007 a 2012: Diretor de Departamento de Gestão e Conservação da Biodiversidade do ex-ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade)

2005 a 2007: Diretor de Serviços da Conservação da Natureza do ex-ICN (instituto da Conservação da Natureza)

2001 a 2002 e 2004 a 2005: Chefe da Divisão de Habitats e Ecossistemas do ex-ICN

1998 a 1999: assessor do Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

1992: integra o quadro privativo do ICN (DHE/DSCN)

1990 a 1991: Consultor técnico da empresa Naturibérica — Estudos e Divulgação em Biologia, L.ª

1990: Contrato Administrativo de Provisão com o SNPRCN (ex-ICN)

1987 a 1990: Monitor do Departamento de Zoologia e Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Enquadramento funcional e competências específicas no âmbito do ICNB (ex-ICN)

É representante nacional no Grupo de Coordenação Natureza e Biodiversidade (*steering group* do Quadro Comum de Implementação da Estratégia da EU para a Biodiversidade 2020) e, entre outras funções, assegura (i) a coordenação técnica da revisão da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, (ii) o acompanhamento da negociação, programação e operacionalização nacional dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento, particularmente da política de Coesão (Programa Operacional Temático e Programas Operacionais Regionais do Domínio Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos) e do Programa de Desenvolvimento Rural e (iii) a promoção da implementação nacional dos compromissos de mapeamento, avaliação e valorização dos ecossistemas e dos serviços dos ecossistemas. Neste contexto, foi responsável pela elaboração do Quadro de Ações Prioritárias da Rede Natura 2000 para o Continente (2013) e esteve envolvido na negociação do Acordo de Parceria com a Comissão Europeia para os FEEI (2013-2014).

Assegurou as funções de ponto focal do LIFE Natureza (2000-2006) e do LIFE + Natureza e Biodiversidade (2007 a 2009) e de perito nacional nas negociações Comunitárias relativas ao financiamento da Rede Natura 2000, ao Instrumento Financeiro para o Ambiente 2007-2013 (LIFE +) e ao Programa para o Ambiente e a Ação Climática 2014-2020 (LIFE). Foi o responsável pela programação e aplicação do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 nas matérias relacionadas com a gestão de áreas classificadas. Foi representante do ex-ICNB no Grupo de Trabalho nacional do programa de Avaliação das Políticas do Ambiente da OCDE para a avaliação das políticas de ambiente de Portugal 2011-2010 e na delegação nacional para o exame de política ambiental de Portugal de 2010 efetuada pelo Comité de Políticas Ambientais da OCDE.

Foi membro do Secretariado Nacional para a Convenção sobre a Diversidade Biológica (2000-2010) e representante do ICN nas negociações relativas ao Protocolo de Biosegurança, no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Entre 1998 e 1999 foi coordenador do Grupo de Trabalho do Ministério do Ambiente para a elaboração da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Assegurou a representação do ex-ICN na Comissão de Acompanhamento das Infraestruturas de Alqueva e coordenador do Grupo de Trabalho do Património Natural (1997-1998). Entre 1996 e 1998 foi coordenador do Centro de Estudos de Migrações e Proteção de Aves (ex-ICN) e seu representante junto da União Europeia para a Anilhagem. Foi membro da equipa técnica do Projeto CORINE-Biótopos (1991-1993) e corresponsável (com J. P. Granadeiro) pelo Programa Nacional de Monitorização da Mortalidade de Aves Marinhas durante o inverno no Litoral Português — Inspeções Costeiras, integrado desde 1992 no Projeto *Ação Preparatória para o Estabelecimento de uma Rede de Áreas Protegidas na Parte Sul do Mar do Norte e na parte Ocidental do Mar Báltico — Parte II: Inspeções Costeiras Internacionais para Monitorização de Aves* (SNPRCN, *Ornis Consultant*, financiado pela Comissão Europeia).

Foi também membro do Conselho Consultivo do ex-ICNB (2010-2011)

Outras atividades (externas ao âmbito do ICN)

1998/1999: membro da Comissão Externa de Avaliação das Licenciaturas de Biologia e Biotecnologia (Min. Educação; Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas)